

Eric Silveira Batista Barreto

**A GENTE SEMPRE ACREDITA NOS NOSSOS  
CACHORROS**

**WE ALWAYS BELIEVE IN OUR DOGS**

## RESUMO

Este trabalho busca contemplar as relações entre seres humanos e cães a partir do panorama de pecuária, notadamente a familiar, na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Analiso o emprego de cães de pastoreio no manejo de gado bovino e ovino e a visão das pessoas sobre o auxílio prestado por esses animais. O cão aparece como um trabalhador, e há todo um conjunto de expectativas e entendimentos em torno do que se considera desejável para este companheiro de trabalho. Ocasionalmente, alguns desses cães atacam o rebanho, e isso tem profundos desdobramentos no cotidiano dos produtores rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** natureza-cultura; humanidade-animalidade; domesticação.

---

## ABSTRACT

This paper aims to contemplate the relationship between humans and dogs from livestock panorama, notably the family one, in the southern part of Rio Grande do Sul. I analyze the use of herding dogs on cattle and sheep handling and the vision of the people about the aid provided by these animals. The dog appears as a worker and there is a whole set of expectations and understandings around the considered desirable for him. Occasionally, some of these dogs attack the herd, and this has deep unfolding in the daily lives of farmers.

**KEYWORDS:** nature-culture; humanity-animality; domestication.

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

## INTRODUÇÃO

Este texto integra minha dissertação de mestrado<sup>1</sup>, intitulada *Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro*. No presente artigo, fiz pequenas correções e atualizações quando necessário. A pecuária no bioma Pampa do Rio Grande do Sul é predominantemente extensiva e em áreas de pastagens naturais. De acordo com o Censo Agro 2017, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 42% da área utilizada na produção agropecuária é composta por pastagens, das quais 82% são naturais, representando mais de 7 milhões de hectares<sup>2</sup>. Este trabalho teve como foco pequenas e médias propriedades, de administração familiar, onde técnicas de manejo consideradas tradicionais ocupam papel importante. Foram feitas visitas a propriedades rurais nos municípios de Morro Redondo, Piratini, Pinheiro Machado, Pedras Altas e Bagé, observando a transição geográfica entre a Serra do Sudeste e a Campanha, suas variações de relevo e flora e a consequente influência na atividade produtiva e na configuração fundiária.

Selecionei, para este artigo, uma discussão que considero de importância capital, e que sigo desenvolvendo, pela sua condição excepcional e pelos tantos elementos que encerra: a eliminação de cães predadores de rebanho pelas mãos de seus próprios donos. Discuto os casos complexos e difíceis de cães que predam animais domésticos. Através das narrativas dos interlocutores, observo o que acontece quando o animal que deveria zelar pelo rebanho se mostra danoso aos interesses econômicos e à relação de confiança dos produtores rurais. Observo que o problema vai muito além do prejuízo financeiro decorrente do animal morto. Ainda que sumamente relevante, o fator pecuniário vem acompanhado pela questão moral, pela atribuição de responsabilidade ao cão matador de ovelhas. Esses comportamentos desviantes, além do profundo desgosto que causam aos proprietários (a palavra *traição* aparece em várias falas), também provocam conflitos entre vizinhos. A indenização por animal perdido, uma espécie de acordo tácito entre os produtores rurais, caso algum cão seu cause prejuízo em outra propriedade, eventualmente não é paga. Isso, às vezes, é devido à descrença do dono do cão predador de que este seria capaz de uma *coisa dessas*. Os desdobramentos podem atingir grandes proporções, como o conflito físico entre pecuaristas.

Primeiramente, apresento uma contextualização, de caráter preponderantemente histórico. Em seguida, ofereço relatos da pesquisa de campo, para, por fim, me demorar em considerações teórico-metodológicas, com base na literatura antropológica. A ordem, talvez pouco usual, foi pensada para tornar mais amena e interessante a leitura.

<sup>1</sup> Defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Pelotas, em 2015.

<sup>2</sup> Disponível em <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html?localidade=43](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html?localidade=43)> Acesso em 02 jun. 2019.

## GENTES E BICHOS

Podemos dividir os animais domésticos, *grosso modo*, como espécies para consumo, companhia ou trabalho, estando os cães encaixados nestas duas últimas categorias, pelo menos no contexto aqui tratado e na maior parte do mundo ocidental. A região onde a etnografia foi realizada oferece um panorama econômico caracterizado pela pecuária extensiva, notadamente a produção de animais bovinos e ovinos. Os cães fornecem contribuição decisiva no manejo dos rebanhos, estando a seu encargo diversos momentos das lides campeiras, desde a retirada do mato de reses bravias, até a sujeição de animais para o abate nos matadouros, passando pelo auxílio aos tropeiros na condução das tropas, até a defesa dos rebanhos de predadores.

Os cavalos serviram aos comandos dos ginetes nas guerras e no dia-a-dia rural, obedecendo às rédeas e esporas. Ambos, cavalo e ginete, configuram um todo único quando juntos em atividade. O cavalo sem o homem não possui serventia imediata; o homem sem o cavalo está incapacitado de executar a maior parte de suas tarefas. Assim, é uma unidade formada por duas partes, sendo o cavalo como que uma extensão do cavaleiro, levando-o para onde este deseja, conferindo-lhe velocidade e força. O papel equino é, a um só tempo, ativo e passivo, na medida em que é graças a seus movimentos que o homem atinge o que sozinho lhe seria impossível, do mesmo modo que obedece fielmente aos comandos recebidos, a ponto de poder morrer de exaustão caso o cavaleiro lhe exija em demasia. Os ruminantes, os suínos e as aves, por sua vez, estão em relação qualitativamente muito diferente com o ser humano, não lhe auxiliando senão passivamente, com os produtos que seus corpos podem oferecer (incluída aí a força de tração dos bois). Os cães, por seu turno, são os que atuam mais “humanamente” depois do humano, no sentido de que frequentemente agem sem comando direto algum, como pastores, boiadeiros e guardiões. Mesmo quando comandados, não estão em contato físico direto com as pessoas, sendo os comandos dados mais ou menos genéricos, sem que os cães dependam deles para poder atuar. Este caráter *sui generis* abre precedente a conflitos, como nos casos em que os cães passam a atacar os animais domésticos, ou quando se tornam asselvajados<sup>3</sup>, oferecendo riscos.

A relação dos homens com os cães nunca pode ser vista sob um único prisma, posto que este pode ser, ao mesmo tempo, agente amigo e nocivo. Apesar dos prejuízos e riscos oriundos das matilhas de cães chi-

<sup>3</sup> No período colonial e nos primórdios das repúblicas sul-americanas, assistiu-se a uma notável proliferação de rebanhos bovinos e equinos bravios, por toda a bacia platina, propiciada pelo clima favorável e pela existência de pastagens naturais abundantes, e auxiliada pela relativamente pequena demografia de então. Em decorrência, reproduziram-se as matilhas de cães chamados chimarrões, ou *cimarrones*, no original castelhano, causando grande mortandade de gado e sendo, por isso, considerados pragas pelas autoridades. (PINTOS, 1967). O termo *cimarrón* não designava uma raça, como a hoje reconhecida pela F.C.I. (*Fédération Cynologique Internationale*), *Cimarrón Uruguayo*, mas simplesmente todo animal que, havendo sido doméstico, internou-se em ambiente selvagem, perdendo caracteres de mansidão. Por *cimarrón* entende-se tudo aquilo que saiu do raio da civilização e foi para os montes, para as brenhas, para as *cimas*, de acordo com a *Real Academia Española*.

marrões, a fala popular atribui a José Gervásio De Artigas (1764-1850)<sup>4</sup> o pronunciamento de que lutaria com *perros cimarrones*, quando já não tivesse soldados (MARTÍNEZ, 1950). É sinônimo de bravura e lealdade, embora tenha sido considerado praga. O célebre naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1820, menciona a presença de cães chimarrões no Rio Grande do Sul, e sua diminuição devido ao extermínio promovido pelos fazendeiros no afã de proteger seus rebanhos (2002, p. 121). De outro modo, no livro “Carreteadas Heróicas”, de Osório Santana Figueiredo (2000, p. 180), há uma passagem bastante elucidativa sobre a relação afetiva dos cães junto os carreteiros (condutores de carros de boi, regionalmente conhecidos por carretas):

À noite, sua companhia infundia-nos uma segurança tranquilizadora (...) era como um soldado no posto de sentinela alerta. O carreteiro, quando deita, cansado, dorme a sono solto. O cachorro vela. (...) Certa noite, eu cansado como os demais companheiros, dormíamos profundamente. De repente, os cachorros latiram forte e avançaram furiosos. Acordamos já com a mão nas armas. (...) A morte do meu cachorro causou-me um pesar perene. No primeiro pouso chorei muito. (...) A noite foi tétrica e interminável. (FIGUEIREDO, 2000, p. 180).

Vale salientar, também, que foram os cães de pastoreio uma peça fulcral para o desenvolvimento da ovinocultura na bacia do Rio da Prata, oferecendo, portanto, um contributo enorme à economia do Rio Grande do Sul. Ovinos são animais de difícil manejo e cães pastores economizam esforços e mão de obra, além de fornecer proteção contra ataques de cães chimarrões e predadores silvestres, sobretudo o graxaim (*Pseudalopex gymnocercus*). Sem embargo, muitas pessoas do campo não hesitam em matá-los a tiros ou por enforcamento quando se tornam os algozes daquilo que deveriam proteger. Ocasionalmente alguns cães adquirem o hábito de predação de ovelhas, e para isso não há remédio senão o sacrifício, asseveram os criadores. Portanto, o amor incondicional atribuído ao *pet* cidadão não parece presente no contexto ora analisado; há o risco do cão tornar-se maléfico. É um animal estimado, mas não necessariamente de estimação. Mas, de acordo com diversos interlocutores, é um elemento que contribui para a permanência de suas famílias na zona rural, já que não poderiam cuidar sozinhas de seus rebanhos nem arcar com a despesa de uma mão-de-obra contratada.

## “ELES NÃO TÊM QUE FAZER ISSO”

Sáimos, o empregado<sup>5</sup> e eu, a fim de recorrer o campo, tarefa que se intensifica no período em que as ovelhas dão à luz, conhecido simplesmente por *parição*. Essa época costuma ter seu auge em setembro, e os cuidados

<sup>4</sup> Um dos líderes da luta contra o colonialismo espanhol no Vice-Reino do Rio da Prata e considerado fundador do Uruguai

<sup>5</sup> Omiti os nomes dos interlocutores e dos locais das entrevistas, por motivos que ficarão claros em seguida. As informações foram colhidas nos municípios de Bagé, Morro Redondo, Pedras Altas, Pinheiro Machado e Piratini, entre junho de 2013 e março de 2015.

aumentam pela fragilidade das ovelhas após a gestação e pela vulnerabilidade dos cordeiros às intempéries e aos predadores. O simples fato de existir predação já indica uma diferença fundamental dos métodos intensivos de pecuária, onde os animais estão confinados do nascimento à morte, muitas vezes. Aqui, na pecuária extensiva, a proximidade com elementos selvagens é uma constante, tensionando a linha fugaz que delimita o humano (e o humanizado) e o não humano, o controlado e o fora de controle, o planejado e o fortuito. O primeiro passo foi buscar os cavalos que estavam soltos em um potreiro logo adiante. O empregado encheu um balde com ração, uma espécie de isca para facilitar a aproximação dos cavalos.

Embora domados e mansos, muitos dos cavalos criados a campo costumam se afastar de quem tenta uma aproximação, mesmo que seja seu conhecido. Nota-se a diferença com relação aos cães. Estes vão até os humanos, mesmo que a isso não sejam solicitados, e a relação entre ambos pode desenvolver-se sem quaisquer preocupações quanto a treinamento – que é possível e pode ser desejável, mas jamais imprescindível. Aqueles, os cavalos, além de domados devem ser continuamente alvos de interação, já que muito tempo sem contato humano pode fazer com que percam a mansidão. O cavalo manso e de uso cotidiano é conhecido por sogueiro (por ficar amarrado em uma corda denominada soga, do latim tardio *soca*). Quando o contato diário ou frequente com as pessoas cessa, esse animal torna-se arisco, e é denominado haragano (do espanhol platino *haragán*). Para o cão afastado do convívio humano não há termo equivalente, sendo o mais próximo o chamado cão “chimarrão”, já abordado anteriormente. Contudo uma diferença crucial deve ser ressaltada. Os cães asselvajados assim o são após pelo menos uma geração longe dos humanos; devem nascer em ambiente autônomo e manterem-se por si sós, para então apresentarem comportamento arredio (não falamos aqui do cachorro simplesmente tímido ou mesmo agressivo, antes nos referimos ao que possui comportamento semelhante ao de animal silvestre). Já o cavalo, mesmo cuidado e tratado desde potrilho (potro com menos de um ano), pode tornar-se alçado, ou seja, arisco, após um período variável, de alguns meses a poucos anos, longe do contato humano.

Enquanto os cavalos farejam e enfiam a boca no balde, o homem passa uma corda ao redor de seus pescoços. Os cães ovelheiros, em número de 6 ou 7, acompanham tudo. Súbito – grande alvoroço e correria dos cães; uma lebre é farejada em uma touceira, e a perseguição tem início. No entanto, apenas dois cachorros têm velocidade e resistência para prolongar a caçada. A carreira dura uns bons dois minutos, sinuosa, contornando arbustos e pedras, até que a lebre deixa para trás seus acossadores. Espécie exótica, a lebre europeia (*Lepus capensis*) consegue provocar grandes prejuízos, sobretudo em lavouras pequenas como as da região estudada, voltadas para o consumo próprio ou para a venda em pequenas quantidades. Por esse motivo, em muitas regiões, os cães do tipo galgo são bastante apreciados, já que é muito difícil para qualquer outro cão alcançar uma lebre – mesmo para os galgos a empresa é árdua e muitas vezes mal sucedida.

Embora os cães da zona rural, via de regra, não frequentem o interior das casas e nem recebam os mimos comuns aos animais urbanos, são uma presença constante na formação das crianças, acompanhando-as por toda a parte e protegendo-as. A propósito, um interlocutor comentava acerca da raridade de cachorros de pastoreio agressivos, citando um que teve certa vez, e que precisava amarrar quando chegavam visitas. Disse não tê-lo sacrificado porque era muito bom trabalhador, e apesar de agressivo com humanos, não machucava as ovelhas nem arrumava problemas com outros cães. Esse animal, contudo, jamais atacou crianças, sendo um apreciador delas, permitindo brincadeiras e carícias. Diversos interlocutores comentam que os cães agem diferentemente com crianças, sendo extremamente tolerantes e zelosos para com elas. As casas rurais visitadas em minhas saídas de campo não são multiespécie, o que significa dizer que no interior das residências não há circulação de cães e gatos; porém o cotidiano pastoril cria fortes vínculos das pessoas com seus cães. Daí essas pessoas considerarem as faltas caninas como falhas morais, como verdadeiras traições, no dizer de uma interlocutora. Aqui o cachorro não é um depositário de afetos extremados, nem uma fonte de amor incondicional. É, isto sim, um companheiro de quem se tem expectativas claras. Adiante abordaremos as mortes causadas e sofridas por cães.

Após buscar os cavalos no campo, o empregado os encilhou, momento no qual os cachorros ficam bastante atentos e alguns mesmo excitados, pela proximidade da ação. Saímos a trote, e nos primeiros minutos os cães dispersam-se constantemente, afastando-se dos cavaleiros e retornando diversas vezes. Repentinamente escutamos latidos, muito ruidosos e empolgados, fora de nossa vista. Os sons eram diferentes do habitual, e vi o empregado adquirir uma fisionomia de espanto, afrouxar as rédeas e dirigir-se a galope para o outro lado da pequena elevação, de onde vinha o alvoroço. Ao chegarmos pude presenciar um embate feroz entre cinco cães e um solitário lagarto teiú (*Tupinambis merianae*) que rondava umas caixas de abelha das proximidades. O grande réptil reagia com tremenda bravura, mas pouco pôde fazer contra seus sequazes, que nitidamente apraziam-se muito em destroçar-lhe o grosso couro. O empregado tentou impedi-los, gritando e estalando o rebenque nos arreios, porém tudo ocorreu muito rápido. Fiquei um tanto comovido pela cena, e incomodado com os protestos do empregado, que apenas serviriam para deixar o lagarto moribundo e sofrendo ao sol até ser beliscado ainda vivo por urubus e caranchos (nome local para o carcará, *Caracara plancus*). Afastamo-nos e não pude deixar de olhar para trás, para ver o tétrico espetáculo da carcaça de ares “dinossáuricos” luzindo grandes manchas de um sangue escarlate, muito vivo, por sobre as espessas escamas. O cavalo pode ser visto como as pernas do cavaleiro, potencializando sua locomoção; o cão pode ser visto como um braço remoto na atividade do pastoreio. Contudo, o homem não possui pleno controle desse braço, que, com frequência, age autonomamente.

A teoria do perspectivismo, desenvolvida por Viveiros de Castro

(1996), trabalha com o jogo de olhares na etnologia indígena, com o ver e não ser visto nas relações entre humanos e os animais da floresta. Essa teoria pode ser pensada, no ambiente deste trabalho, no sentido do que o homem não vê, mas se intera graças aos olhos emprestados de seus cães. A amplitude do raio de percepção humano aumenta muito com os sentidos de seus companheiros caninos, como mostrado nas saídas de campo. Os cães detectam animais de caça, perigos como serpentes e a presença de outros cães ou seres humanos, quer pelo olfato, quer pela audição, antecipando aquilo que humanos só perceberiam bem mais tarde. Talvez daí a frase popular em todo o Brasil, *no mato sem cachorro*, significando estar em apuros, sem recursos.

Na esteira dessa interpretação, podemos pensar a domesticação como uma via de mão dupla, como interpreta Despret (2004). Não somente a espécie domesticada é afetada, mas o ser humano igualmente. A abordagem tanto de produtores rurais vinculados a uma perspectiva tradicional de pecuária, quanto de criadores urbanos de cães, e ainda indivíduos que unem ambas características, é auxiliada pela Teoria-do-Ator-Rede, conforme Bruno Latour (2005). Sem fazer distinções prévias e levando em conta o intenso fluxo rural-urbano observado no estudo, tratamos todos os indivíduos como atores de uma mesma rede. Essa rede não existiria como é, se excluíssemos dela os cães. Portanto, é metodologicamente interessante incluí-los como atores. Destarte, o que nos importa não é identificar quem ou o que é um ator, mas quando é, conforme aponta Segata (2012).

Indaguei sobre o porquê da reprimenda sobre os cães, coisa que não ocorreria caso a vítima fosse uma lebre ou um tatu. Supus o risco de o lagarto provocar ferimentos, já que sua cauda golpeia fortemente e sua mordida é tenaz, ou talvez alguma inclinação conservacionista de meu companheiro de cavalgada. Laconicamente apenas resmungou que “eles não têm que fazer isso”, e seguimos adiante. Algum tempo depois, outra pausa na marcha, também provocada pelos cães. A matilha embrenhou-se num pequeno círculo de arbustos e baixas árvores. Dessa vez o empregado não gritou, mas desceu do cavalo e aproximou-se para verificar a situação. – “É tatu”, disse ele. Avaliou se seria possível tirá-lo do esconderijo subterrâneo, mas ante uma grossa raiz fortificando a toca, a caçada estava fadada ao fracasso. Com alguma relutância os cães deixaram o tatu para trás e seguimos nosso caminho.

Há uma clara classificação dos seres úteis, inúteis, cobiçados, desprezíveis, valentes e à toa, como se costuma dizer dos bichos tidos como pouco virtuosos ou pouco interessantes. O tatu-mulita (*Dasypus hybridus*) possui uma carne muito apreciada, sendo numerosas as equipes de caçadores que saem às noites de lua cheia com cães e lanternas (alguns ainda utilizam lampiões). Caçar tatu é algo popular o suficiente para ter originado um vocábulo próprio. Na Campanha sul-rio-grandense diz-se *peludear* no sentido de patinar, mover os membros sem sair do lugar – ou as rodas, já que o verbo amiúde é aplicado a automóveis. Origina-se do que ocorre com

o tatu-peludo (*Euphractus sexcinctus*) quando agarrado pelo rabo dentro de sua toca – traciona no sentido contrário com bastante força.

É admissível considerar que parte substancial dos habitantes das capitais e grandes cidades carece de maior contato com o mundo campestre. E pode ser muito difícil compreender a maneira como a morte se dá no mundo rural. Diz-se que desaprendemos, nós ocidentais da urbe, a morrer, e que já não sabemos lidar com a morte com a relativa resignação das gerações passadas. O aumento da expectativa de vida, os avanços da medicina, com tratamentos mais eficazes, e a banalidade que adquiriram certas doenças outrora mortais; a queda drástica na mortalidade infantil, aliada à queda também drástica do número médio de filhos por mulher. Essa conjunção de fatores revestiu a morte de contornos mais extraordinários. A morte é mais rara no seio das famílias, e talvez por isso também mais trágica. Morrer é quase inadmissível, já que há tratamento para quase tudo. As famílias costumam ser bem menores do que eram há cinco ou seis décadas, fazendo com que se perceba, com maior intensidade, o fim da vida de um familiar. Familiar que pode muito bem ser um não-humano, membro das famílias que englobam animais de estimação. É desnecessário frisar que tudo o que foi acima exposto também faz parte do rural. Outrossim, as saídas de campo desvelam uma relação diferente com a morte, especialmente a de outras espécies. A terra dá frutos, e entre os frutos da terra estão os animais de consumo. Para as pessoas do universo estudado, uma galinha é apanhada e morta com a mesma naturalidade com que um galho é alcançado e uma laranja arrancada. Não se vê maldade no ato de matar uma ovelha, porco ou boi, exceto em casos especiais.

### **“TEM ANIMAL QUE É BANDIDO, AÍ O ÚNICO JEITO É MATAR”**

A morte pode não ser o supremo mal, mas simplesmente a supressão dos males. O grande número de cães soltos nas ruas de todo o Brasil não tem como única causa o abandono. Com efeito, muitos desses animais que deambulam pelas esquinas possuem donos, ou tutores, que os liberam dos pátios para que passem à vontade. Noutros casos, apenas fornecem água e comida na frente da casa, para o cão que leva vida errática na cidade. O conceito de posse ou tutela, como se queira chamar, tem mais sentido quando o cão é visto como uma criança, a quem se deve prover de tudo, de afagos a roupas. As casas especializadas em artigos para pets dão uma noção da profusão de produtos à venda, que seguidamente atendem mais a anseios das pessoas que a reais necessidades caninas. Se a humanização do cão na cidade moderna é descrita em termos de filhotização, no campo e nas cidades interioranas de marcada influência rural tal humanização é melhor compreendida de outra maneira. O cão é mais independente, e assemelha-se aos humanos na medida em que trabalha junto, assumindo responsabilidades e executando tarefas. Sobretudo, o cão é livre, e continua gozando de liberdade quando acompanha o êxodo rural.

O abate de animais domésticos por cães é um problema com o qual muitos produtores rurais se deparam. Durante a permanência em campo, procurei obter informações a respeito, e nas falas dos interlocutores alguns aspectos do tema apareceram com mais constância. Segundo as pessoas que entrevistei, existe certo padrão na predação do rebanho por parte dos cães, e as medidas tomadas para driblar o problema coincidem em muitos pontos.

Os cachorros matadores de ovelhas costumam cometer seu delito nas propriedades vizinhas, e não no local onde vivem. Colocaria a palavra delito entre aspas, não fosse os relatos de que esses cães atuam de maneira dissimulada, evitando deixar pistas e inclusive destruindo provas do ato. É interessante salientar que não há um perfil de cão predador que possa ser definido *a priori*. Não há relação necessária entre predação e ser agressivo, seja com pessoas, com outros cães ou mesmo com os animais de produção durante as tarefas de pastoreio. Quando cabeças ovinas começam a aparecer mortas ou feridas na propriedade, é momento de investigar a fonte do problema. Os suspeitos iniciais são cães de algum vizinho, ou animais de origem desconhecida que tenham sido avistados pela região. Segundo um interlocutor do município de Morro Redondo, é muito difícil surpreender uma cena de abate. Quando conseguem descobrir os feitores, geralmente o prejuízo já é de algumas cabeças. Se identificado como sendo um cão oriundo de uma propriedade vizinha, vai-se dialogar com a pessoa responsável. Há uma espécie de código que dita que, aquele que possuir um cão problemático, tem a obrigação de solucionar a questão. Entre as medidas cabíveis, está o deslocamento desses cachorros para longe, muitas vezes para a cidade. Colocados em um automóvel, são soltos a muitos quilômetros de distância, às vezes 20 ou 30 quilômetros. Ainda assim, não são raros os que reaparecem na propriedade ao cabo de alguns dias. Caso o deslocamento não dê certo, ou dependendo do perfil da pessoa, o outro remédio é o sacrifício. Cito o depoimento de um interlocutor:

Já matei cachorro, não vou dizer que não, já matei sim. Enforcado e a tiro, dos dois jeitos. Tem animal que é bandido, aí o único jeito é matar. Mas não é fácil, tem que ser num momento que tu esteja muito brabo com ele, logo que ele matou um cordeiro, com sangue na boca. Aí tu atira na cabeça ou pendura na corda, mas tem que sair logo, virar as costas e não olhar pra trás, senão tu não aguenta.

Todos os relatos semelhantes que ouvi possuem a tônica do mal necessário. Em alguns deles, no entanto, os interlocutores comentam que há quem mate friamente, que “tem gente que até gosta de matar”. Isso, contudo, não representa o perfil de eliminação preponderante. O mesmo entrevistado do trecho acima comentou sobre atritos com vizinhos advindos da ação de cães ovelheiros predadores. O primeiro cachorro que precisou matar havia causado prejuízo de alguns cordeiros ao vizinho, que foi ressarcido. O animal não abandonou o hábito nefasto, e bastante contrariado, o produtor rural teve de eliminá-lo. Perguntei se os demais cães da proprieda-

de demonstravam alguma alteração comportamental em ocasião da morte de algum outro da mesma espécie. O que ocorre, segundo este informante, é um alívio geral na matilha. Esta se apresenta tensa e desconfiada quando um ou alguns de seus membros começam a atacar o rebanho. E isso é, inclusive, um dos signos observados pelos produtores rurais para saber do problema. Ausentes os cães responsáveis, os demais voltam à normalidade. Durante um par de dias visita o local onde ocorreu a morte, farejando e permanecendo ali por algum tempo. Segundo o homem que me relatou isso, a tensão gerada pelo ataque ao gado é devida ao fato de os cães saberem que é errado, e temerem que uma punição injusta recaia sobre eles. Além disso, o cão que está atacando o gado ovino passa a evitar aproximar-se do rebanho nas tarefas cotidianas. Eis outra pista para descobrir um cachorro culpado. Essa atitude do animal contribui para o discurso moral em torno do fenômeno da predação canina. Por outro lado, se um cão *bom* morre por alguma fatalidade, há comoção geral entre os outros. Alguns não comem, outros até mesmo adoecem, tamanho a sensibilidade ante a perda de um companheiro bem quisto.

Uma mulher residente no interior de Piratini enfatizou, assim como vários outros entrevistados, que todos os cães sabem que é errado, que os cães *maus* são falsos, tentam disfarçar, e são covardes, por só atacarem à noite e em locais escondidos. “Eu considero uma traição”, disse ela, em tom de confissão. Seu esposo relatou ter sofrido grande prejuízo pela perda de ovelhas, já que demorou muito a descobrir que eram alguns de seus próprios cães os causadores das mortes. Por várias noites ficou até tarde acordado, à espreita, aguardando qualquer movimentação estranha com uma lanterna em punho. Suas vigílias sempre foram vãs, e na primeira noite em que interrompia a espreita, outra ovelha era abatida. Após muito investigar, descobriu que os cachorros conduziam a ovelha escolhida até um córrego que corta a propriedade. Abatida em uma margem, era devorada em outra, evitando assim o rastro olfativo. Após comerem as partes que lhes interessavam, mormente miúdos, os cães ainda banhavam-se para despistar cheiro e manchas de sangue. O casal relatou que o gado bovino muito raramente é atacado, e somente se estiver quase morto, já caído no campo. O fato de matarem sem ser por fome, já que recebem alimento suficiente, e geralmente comerem apenas poucos bocados da sua presa, alimenta a crença de que esses cães problemáticos assim o são por maldade intrínseca.

A eliminação desses animais ajusta-se a um código de honra, uma política de boa vizinhança. Há um acordo tácito no sentido de que o ônus recai sobre o proprietário do cão problemático. Vários relatos sobre brigas entre vizinhos vieram à tona, nos municípios onde a pesquisa foi efetuada. Com enredo parecido, a recusa de algum produtor rural em ressarcir o vizinho prejudicado e/ou em eliminar os cães-problema costuma desencadear conflitos, por vezes chegando à agressão física. Para a maioria das pessoas desse universo, portanto, não é tarefa qualquer ter de pôr fim à vida de um cão, ainda que a relação seja, de certo modo, distante, comparativamente

com a relação entre os mascotes urbanos e as pessoas da casa.

Indagando sobre a possibilidade de soluções menos drásticas, como o adestramento, as pessoas com quem conversei foram enfáticas em dizer que depois de começar, o cachorro não para mais. Apenas um entrevistado disse ter mantido um cão preso a uma corrente. Sobre evitar que um cão torne-se daninho, obtive o seguinte relato de outro interlocutor:

Geralmente ele começa correndo galinha, marreco. É normal quando a cadela dá cria que saia um meio mau. Aí lá pelos dois meses já começa a se estragar, pegando galinha no terreiro. Diz que pra não matar mais galinha é bom pendurar uma que ele matou no pescoço e deixar até apodrecer. (...) Quando começa a pegar ovelha tem que atar ele na ovelha e dar pau.

Essa pessoa falou, ainda, que se o cão chega à idade adulta sem ter cometido *judiaria*, ele não se estraga mais. Porém, se inicia o comportamento predatório, não há conserto, pois é questão de má índole. A punição corretiva aplicada aos filhotes e aos quase adultos pode dar certo, se o animal tiver a *cabeça boa*.

Outro informante relatou que as fêmeas preferem, para cruzar, os machos caçadores. Segundo ele, os ataques ocorrem com mais frequência em dias de chuveiro, “dia em que louco fica mais furioso”, e acontece de um cão convidar os outros para fazer besteira, geralmente cadela. Este também relatou o comportamento de banhar-se em algum curso d’água após o ataque. Nunca em água calma ou parada, como açudes e banhados, mas sempre em água corrente, como rios e arroios, para otimizar o despiste. Certa vez, conta ele, suspeitando que determinado cão estava atacando ovelhas, lançou mão da seguinte estratégia: manteve-o amarrado por dois dias, até que o animal defecou lã, delatando-se. Durante a conversa, sua esposa declarou que em sua opinião “os cachorros são duas vezes mais inteligentes que nós”. Para ela, um criminoso humano não é capaz de acobertar seu crime tão bem quanto um cão. A astúcia canina contribui, como vemos mais uma vez, para que o julgamento moral se faça presente nos discursos dessas pessoas.

Um dos fatores que levam os produtores a matarem os cães que predam o rebanho é a preservação dos demais, inocentes. O vizinho lesado irá colocar veneno em alguma carcaça ou em pedaços de carne pelo campo, caso o proprietário do cão daninho não tome providências; assim, provavelmente morrerão vários cachorros, atraídos pelo deletério banquete. Para evitar a desnecessária mortandade, opta-se por agir de maneira focalizada. A prática de envenenar carcaças, tanto para combater cães como graxains, é ainda mais prejudicial se levarmos em conta os inúmeros outros animais que podem ser afetados, como urubus, carcarás e diversas outras espécies silvestres.

O [fulano] disse que ou [um vizinho] botava veneno, ou ele mesmo mandava matar. Aí o empregado dele deu uns tiros nos cachorros do vizinho. O outro foi tirar satisfação e brigaram a paulada, o [fulano] sacou um 38 e baleou o [beltrano] no braço. Mesmo assim ele conseguiu tirar a arma, amarrou o [fulano] e jogou ele numa valeta.

O relato acima foi feito por um interlocutor para exemplificar um fato interessante. Diz ele “que a gente sempre acredita nos nossos cachorros né. Quando vem alguém e te diz que tem cachorro teu correndo [perseguindo com intuito de matar] ovelha, tu não acredita”. Sustenta que os cães trabalham porque querem e gostam. Quando algum fica velho e sem forças, sente vergonha por não poder acompanhar no campo. Se um empregado novo aparece na propriedade, os cães levam um tempo até acompanhá-lo, pois precisam desenvolver confiança na pessoa.

O excesso de cães é um facilitador para problemas de ataque ao gado, além da transmissão de zoonoses. Sobre a propagação do gado do período colonial, João Simões Lopes Neto escreve em *Terra Gaúcha*, obra de caráter historiográfico, que

Apesar da grande matança que se praticava e dos estragos dos índios charruas, indomáveis e em luta aberta contra os espanhóis, nem as tropas que subiam para as estâncias das reduções jesuíticas, nem as matilhas de cachorros chimarrões e os jaguares e pumas, nem por tantas causas de prejuízo, estacionou sequer ou cessou a disseminação do gado por todo o território. (LOPES NETO, 1955, p. 88).

## LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER TEÓRICO-METODOLÓGICO

De acordo com Roy Wagner (2012), o trabalho do antropólogo está comprometido com o rigor científico, contudo não pode se assentar em amostragens e estatísticas, unicamente. A especificidade da antropologia exige que se esteja calcado na profundidade e abrangência da cultura estudada. Famoso pelo termo “invenção da cultura”, Wagner considera *cultura* como um contrapeso que auxilia o antropólogo a ordenar sua experiência. A cultura é inventada porque parte de fora, do antropólogo em direção à cultura estudada, e é a visão exógena do antropólogo que dirá que *aquilo* é uma *cultura*.

Para Wagner, a antropologia não apresenta uma sucessão de paradigmas, conforme apontou Thomas Kuhn (*A estrutura das revoluções científicas*, 1962) para diversas ciências, mas sim um constante movimento dialético. Segundo Wagner (2012), o mérito da abordagem dialética é que ela subverte tanto a subjetividade quanto a objetividade em prol da mediação. O antropólogo usa a própria cultura para estudar culturas, de modo que seu estudo sempre será culturalmente situado. Uma objetividade absoluta só seria possível com um antropólogo que não tivesse nenhuma cultura, um claro absurdo. Portanto é preciso renunciar à pretensão de conhecimento da realidade em si mesma, sem cair em total subjetivismo. Assim, o autor propõe o que chama de objetividade relativa, que pode ser alcançada através da crítica da própria cultura.

Ao considerar a relatividade cultural, Roy Wagner ressalta a importância da raiz do termo “relativo”. Ele evidencia que o estudo de uma cultura

é um processo relacional, que coteja a cultura do antropólogo com a que ele estuda. A relação intelectual, assim, contempla ambas as culturas, de modo que o antropólogo se confronta, também, com seu próprio universo de significados, através do qual fará a comunicação posterior a seus pares. A ideia de relação é mais apropriada do que as ideias de análise ou exame, que estão ligadas à pretensão de objetividade absoluta.

O universo desta pesquisa foi constituído por propriedades rurais, majoritariamente pequenas e médias, que possuem a pecuária como sua base econômica, contando com cães como elemento imprescindível para a manutenção de seus rebanhos. A vasta gama de agentes não-humanos tem presença marcante nas pessoas com as quais travei contato. Seu cotidiano pastoril interage com diversos artefatos próprios para a locomoção no campo, ferramentas e animais de produção e trabalho. Os arreios, aparatos de montaria, configuram um conjunto extremamente complexo, que envolve desde o preparo do couro para sua confecção até os mais finos ornatos como acabamento. Sobre isso, Lima (2015) apresenta a diversidade de peças e o intrincado conjunto de saberes envolvidos na doma de cavalos.

Bruno Latour (1994) problematiza a dicotomia natureza/cultura, dizendo que o projeto da Modernidade criou um afastamento entre esses dois mundos. Ou melhor, criou esses mundos e depois os afastou, enunciando uma suposta impossibilidade de simetria entre eles. A noção de cultura surge do afastamento moderno do mundo natural, entendido como o mundo pouco ou não manipulado pela humanidade. O projeto da Modernidade supõe a separação entre humanos e não-humanos. A falibilidade disso se manifesta no que o autor chama de híbridos (quase-sujeitos, quase-objetos), que se proliferam, subvertendo a prática de purificação, ou seja, de separação da natureza e da cultura. Para Latour, jamais fomos modernos porque a “constituição moderna” jamais se efetivou. A Modernidade declarou distinção ontológica entre humanidade e animalidade, natureza e cultura, sujeito e objeto, no entanto é caracterizada pela “hibridização” dessas distinções. A integração de humanos, outros animais e artefatos compõe o que Tim Ingold (2012) chama de malha. A malha de Ingold é pensada como uma intrincada teia de agentes que se interferem mutuamente, à revelia de arbitrarias distinções ontológicas estabelecidas por humanos. Partindo dessa perspectiva vemos que a domesticação é uma via de mão dupla. Ao manejar e selecionar populações animais, no processo conhecido como domesticação, o humano também é “domesticado” por esses animais. Não só interfere e altera a vida de espécies das quais se apropria, como também tem sua vida influenciada por essas mesmas espécies.

As propriedades visitadas são quase todas geridas unicamente pelas famílias às quais pertencem. As que possuem empregados, mesmo assim têm suas tarefas executadas, também, por membros da família proprietária. As incursões nesses locais não deixaram de ser intromissões no núcleo familiar. Mesmo o foco estando no trabalho com o gado, no campo, a presença de um pesquisador apresenta-se como um elemento estranho à

rotina caseira. Para Bott (1976), as famílias não costumam estar muito propensas a receber pesquisadores, sendo difícil interessá-las a participar de um estudo que aborda assuntos privados, principalmente quando a inserção do pesquisador dura um longo período de tempo.

O direcionamento da observação no campo (pastagem) propriamente dito, permitiu que se estabelecesse uma relação de confiança mais facilmente do que se o interesse precípua fosse por algo que se desenrola entre as paredes da residência. Confunde-se a fronteira entre dentro e fora; os pastos e arvoredos que circundam o núcleo residencial são casa também, mas ao mesmo tempo uma dimensão mais afastada do todo identificado como lar.

Como aponta Salem (1987), a maioria dos interlocutores necessita de um tempo para relaxar com a presença do antropólogo, havendo uma diferença marcante entre os primeiros encontros e os seguintes. Sabendo que me depararia com temas delicados, como manejo considerado violento por pessoas de fora, eliminação de cachorros prejudiciais através de morte ou abandono, caça a animais silvestres, entre outros, deixei que os interlocutores conduzissem os encontros nos primeiros estágios. Meu interesse fundamental era observar algo que eles faziam todos os dias, de maneira que pude deixar os questionamentos para momentos posteriores. A relação entre etnógrafos e etnografados significa uma quase inevitável superposição de papéis e algum grau de envolvimento mútuo. Contudo, o cerne da questão não é a discussão sobre como alcançar a imparcialidade, mas sim a explicitação sobre a forma como o trabalho de campo foi conduzido (SALEM, 1987). Optei pelo anonimato das pessoas e locais envolvidos, consoante ao que escreve Cláudia Fonseca (2008), assim como o consentimento informado. Para Fonseca, o mascaramento dos nomes não é uma alternativa ideal, já que pode trazer um estigma negativo para os interlocutores. Ocultar suas identidades é uma espécie de declaração de culpa, uma política discriminatória que propiciaria o reforço de estereótipos. A autora problematiza também o consentimento informado, dizendo que ele não resolve alguns desafios.

(...) o objetivo do antropólogo é justamente chegar na lógica implícita dos atos, falar dos “não-ditos” do local, adentrar de certa forma no “inconsciente” das práticas culturais, como podemos imaginar que os informantes prevêem todas as consequências de seu consentimento informado? (FONSECA, 2008, p. 44).

Quando as pessoas consentem, não imaginam que seus mais sutis gestos, olhares, piadas, modos de vestir, andar etc. podem ser elementos etnograficamente interessantes. Assim, o pesquisador se coloca diante de dilemas éticos substanciais. Não há como saná-los plenamente, podendo-se apenas recorrer a estratégias que os atenuem. Entre elas, aproveitar somente os dados que os interlocutores desejam divulgar. Em minha dissertação de mestrado isso não foi feito, e optei por utilizar tudo o que pareceu relevante. Assim, o anonimato foi uma estratégia importante.

Entre as principais metodologias de pesquisa está a observação

participante, que Malinowski (1984) propunha como forma de apreender o ponto de vista do nativo. Entretanto, de maneira menos pretenciosa e epistemologicamente mais aceitável, pretendi apenas me aproximar desse ponto de vista. Gilberto Velho (1987) aponta as dificuldades de uma tentativa de colocar-se no lugar do outro, o que demandaria um mergulho difícil de conceber dentro do universo pesquisado. Por mais arguto que seja o pesquisador e por mais sofisticado o seu arcabouço teórico, algumas limitações permanecem. Diz Velho (1987, p. 42):

Levando mais longe o exame das categorias familiar e exótico, sem querer entrar em discussões de natureza filosófica, não há como deixar de mencionar os impasses sugeridos pelo existencialismo em relação ao conhecimento do outro. Não vejo isto como um impedimento ao trabalho científico, mas como uma lembrança de humildade e controle de onipotência tão comum em nosso meio. O conhecimento de situações ou indivíduos é construído a partir de um sistema de interações cultural e historicamente definido. Embora aceite a ideia de que os repertórios humanos são limitados, suas combinações são suficientemente variadas para criar surpresas e abrir abismos, por mais familiares que indivíduos e situações possam parecer. Neste sentido um certo ceticismo pode ser saudável. Parece-me que Clifford Geertz ao enfatizar a natureza de interpretação do trabalho antropológico chama atenção de que o processo de conhecimento da vida social sempre implica em um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo.

As interlocuções não começaram de forma incisiva sobre os cães. O trabalho campeiro é um modo de vida dessas pessoas, no qual o cão é um elemento saliente, mas não exclusivo. Ao me aproximar dos interlocutores, me aproximo de seu cotidiano, seus afazeres, e tangencialmente chego ao trabalho multiespecífico com os cachorros, que quase sempre engloba também os cavalos. Desse modo acabo por me relacionar com a trajetória de vida de quem convivo ao etnografar. No transcurso das saídas de campo, inúmeras vivências minhas, narrativas de terceiros, recordações literárias, cinematográficas e pictóricas ocuparam lugar em minha mente. Não pude me furtar a considerar esse arcabouço, e conquanto não fugisse em demasia da proposta deste trabalho, incorporei alguma coisa, adequando ao conceito de *antropologia como alegoria* (BRANDÃO, 1982). Com efeito, algumas partes desta dissertação expressam um caráter alegórico, manifestando tom mais literário. Antropologia como alegoria, como entende Brandão (1982), não indica uma montagem sem critérios e ficcional, mas sim um fazer valer de contribuições das mais variadas, sem prejuízo do rigor etnográfico.

Importante salientar que nem todos os interlocutores vivem exclusivamente no meio rural. Muitos vão constantemente à cidade, ou vivem na cidade e vão constantemente ao campo. É necessário atentar-se às nuances entre visões e procedimentos tradicionais e o ingresso de novos modelos pela proximidade com o meio urbano. Assim, entre os cães de pastoreio, são previsíveis diversos cruzamentos entre o estatuto do cão trabalhador e o do cão de companhia, variando do sentido estrito às mesclas em diferentes graus.

No processo metodológico foi importante o que propõe Colette Pè-

tonnet no que tange a observação flutuante (2008). Para a autora, a observação flutuante requer um deixar-se disponível no cenário, sem mobilizar a atenção para nenhum objeto ou fenômeno determinado. Na medida do possível, evitar que sua presença seja um ponto de fuga no transcurso ordinário do local observado. Posicionei-me em situações onde eu era não só um componente estranho, como potencialmente desorganizador dos fenômenos cotidianos, já que estava em meio a grande número de cães e vacas, ou ovelhas, em plena ação. No contexto estudado, o manejo do gado desenrola-se com certos níveis de tensão, risco e dramaticidade, e um objeto de distração – no caso, o etnógrafo – pode atrapalhar a atividade. Por outro lado, enquanto homens e cães interagem com vacas e ovelhas, muitas outras coisas sucedem, e eleger um fenômeno qualquer dentre os vários concomitantes é uma decisão arbitrária. Se me debruçar somente sobre a ação (para mim) mais chamativa, deixo passar uma série de outros acontecimentos paralelos. Portanto, a observação flutuante mostrou-se um procedimento metodológico de grande valia, complementando a observação participante.

Para Clifford Geertz (1978), a densidade da descrição etnográfica está na apreensão de todos os detalhes possíveis pelo etnógrafo. Mas coligir dados não é, por si só, etnografar. O que se faz com os dados é que caracteriza uma etnografia, diferenciando-a de uma reportagem jornalística ou de qualquer outra modalidade de observação e anotação.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato, (...) é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (...) Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”), um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p. 7).

Como aponta Caldeira (1981), por mais ricos que sejam os dados, eles constituem matéria bruta a ser trabalhada, não sendo em si mesmos evidência ou explicação. A partir dos dados é necessário um esforço teórico a fim de interpretar e dar significado ao que foi apreendido em campo. Não obstante a interpretação, é necessário dar voz aos interlocutores envolvidos. As conversas com variados personagens, abordando histórias de vida são, para Pereira de Queiroz (1988), excelentes técnicas para um primeiro levantamento de questões, haja vista faltarem dados mais aprofundados, a princípio, quando iniciamos a pesquisa. Não seria cabível, de qualquer modo, limitar o diálogo à relação dos trabalhadores rurais com os cães de pastoreio, como se tal relação fosse um todo hermético e distanciado do resto. A atividade pecuária é um modo de vida que cruza trabalho, lazer, arte e identificação enquanto indivíduo. Se é muito comum que nas cidades as pessoas sejam tais ou quais profissionais apenas durante suas certas horas de expediente, retirando a casaca laboral nos momentos de lazer - momentos em que são *elas mesmas* - no campo isso não costuma ser verificado. O

campeiro é campeiro quando está descansando e quando vai à cidade.

O entendimento teórico e metodológico da atividade pecuária foi grandemente auxiliado e influenciado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC Lidas

Campeiras, trabalho surgido a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé/RS junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) acolhida pela Universidade Federal de Pelotas, por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia<sup>6</sup>. A pesquisa utilizou a metodologia para o registro de bens imateriais do IPHAN, levantando dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações estabelecidas entre humanos e não-humanos na atividade pecuária, abarcando animais, artefatos e paisagem, ofícios e modos de fazer que a compõe no pampa sul-rio-grandense. Esta metodologia pressupõe descrever o que as pessoas fazem, como, com o quê e onde fazem (RIETH *et al*, 2013), levando em consideração os artefatos, os lugares e suas transformações, assim como a alimentação, vestimentas, músicas, plantas e animais. A partir dessa metodologia, os pesquisadores do INRC perceberam que a agência múltipla constitui o modo de ser campeiro, entrelaçando o trabalho com o modo de vida (LIMA, 2015).

Para captar essas nuances foi útil pôr em prática o que propõe Brandão (2007): fazer com que a experiência de campo seja mais uma vivência do que propriamente um ato científico, sob pena de engessar os dados, subsumindo-os a moldes acadêmicos. Ainda recorrendo a Brandão, quando este cita Antonio Candido e fala sobre a estrutura subjacente às atividades humanas, é interessante observar de que modo as pessoas lidam com os cães a níveis hierárquicos e funções desempenhadas por cada um. Temos um elemento não humano intrinsecamente relacionado à noção hierárquica e normativa humana, por ser companheiro de trabalho. Ademais, é um companheiro de trabalho bastante diferente de um cavalo de montaria ou de um boi de arado, por não estar atrelado fisicamente e por poder sublevar-se mais facilmente, o que faz com que a interação humanos-cães seja constantemente pautada por grande rigor e disciplina dos primeiros para com os segundos.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (2000), o trabalho do antropólogo é constituído de três atos cognitivos: olhar, ouvir e escrever. Os dois primeiros são atos disciplinados, é dizer, guiados, por aquilo que é próprio da disciplina antropológica. A tradição teórica dessa disciplina orientará o olhar e o ouvir do antropólogo em suas atividades, fazendo com que sua percepção – não simples absorção de uma realidade, já que o observador nela impinge suas subjetividades, mas sim uma troca – seja dotada de um caráter propriamente antropológico. O escrever é o momento de expressão do pensamento, proporcionando a construção do produto final iniciado no

---

<sup>6</sup> Esta pesquisa, financiada pelo IPHAN, teve sua primeira fase entre 2010 e 2013. A equipe de pesquisadores foi composta por Flávia Maria Silva Rieth (Coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Pablo Dobke, Marta Bonow Rodrigues, Daniel Vaz Lima, Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem), Fernando Camargo (Consultor em História) e Erika Collischonn (Consultora em Geografia), além de Beatriz Freire e Marcos Benedetti do IPHAN.

trabalho de campo. As observações iniciais, em campo, nunca abandonam o autor, podendo-se dizer que o ato de escrever ocorre com um rever e um reescutar. Para o autor, a memória representa um importante recurso na redação de um texto.

Cardoso de Oliveira (2000) considera que a observação participante tem como peculiaridade sua os atos de olhar e ouvir, que proporcionam a vivência de uma realidade distinta, que resultará em uma interpretação posterior. Essa vivência será evocada durante toda a interpretação do material etnográfico. Para o autor, esses atos aparentemente tão banais podem ser problematizados a fundo, observando a modelagem que a disciplina dá ao fenômeno observado, que resulta em uma interpretação sem pretensão de apreensão objetiva de uma verdade exterior. O processo de olhar, ouvir e escrever não é estranho a outras disciplinas, sobretudo das ciências sociais, e a ênfase nesse método cria um canal de discussão interdisciplinar.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Para Derrida (2002), o animal é, antes de tudo, a ausência das qualidades humanas. O conceito de “animal” refere-se menos às características próprias desses outros seres do que à ausência do que se convencionou como particularidades humanas, tais como racionalidade, fé, linguagem, moralidade etc. Assim, o conceito de animalidade opera de imediato como um distanciamento do conceito de humanidade.

Alcunhar uma pessoa de animal pode significar atribuir características negativas, como brutalidade, insensibilidade ou rudeza. Por outro lado, a animalidade de alguém também pode significar certas qualidades que seriam próprias do não-humano, como força física, resistência e grande habilidade em determinada tarefa. Nesses discursos, os animais tanto estão abaixo em termos de intelecto e subjetividade, como estão acima nas qualidades ligadas à natureza - sejam elas físicas, como agilidade, sejam em termos de “esperteza”, já que ouvem, vêem e olfateiam o que nós, humanos, não conseguimos. Essa admiração pelo espectro superior da sensibilidade animal é bastante presente na fala dos interlocutores, sendo comuns as declarações de que “são mais espertos que gente”. Esse tipo de assertiva vem tanto da fala de peões e trabalhadores rurais em geral, quanto das entrevistas com pessoas urbanas possuidoras de educação formal. A animalidade humana é, na fala popular, o decréscimo ou o acréscimo de nossas singularidades, mas sempre um distanciamento do que consideramos de fato humano. Degrau acima ou degrau abaixo, o ser humano “animalesco” não é tão humano. A pulsão sexual, quando centrífuga às convenções sociais, é logo relacionada à animalidade, historicamente como falha, no sentido de incontinência dos impulsos naturais. Hodiernamente uma pessoa “animal” em sua sexualidade pode ter tal característica como virtude, porém igualmente alijada da ortodoxa humanidade. Ter a sexualidade animal, dependendo do ponto de vista, pode ser uma falha moral daquele humano que não tem controle sobre sua

volição, sobre sua animalidade; ou então pode ser uma qualidade desejável de quem não se reprime e se permite expressar sua verdadeira essência, sua essência animal, livre dos grilhões sociais.

Para Keith Thomas (2010) as dissertações eruditas sobre animalidade e humanidade ao longo da história sempre passaram muito acima das mentes das pessoas comuns. Mesmo assim, o comportamento de todos era fundamentado pela distinção central entre homens e animais, consciente ou inconscientemente (p. 48). Esse modelo é, em parte, abalado em grande parte do mundo contemporâneo, com a crescente sensibilidade zoofílica (LEWGOY, *et al.*, 2011). O animal de estimação emerge como um membro da família estendida, um ser a quem são atribuídas características especiais (DIGARD, 1999). A distinção crucial entre humanidade e animalidade é repensada por amplos setores da sociedade, e expressada de maneiras tão diversas como o veganismo, o ativismo em redes sociais e a pressão por novos dispositivos legais que punam os maus-tratos aos animais. Contudo, essas demandas modernas não podem ser entendidas como simples humanização animal. As fronteiras entre nossa espécie e as demais são atenuadas na medida em que se busca estender nossos direitos a outros seres, e ganha escopo quando passamos a compreender cada vez melhor suas funções cognitivas e capacidades sensoriais. Nesse sentido, humaniza-se os animais, mas o fenômeno é mais amplo e apresenta-se também com a ênfase nas diferenças. E aqui temos duas direções na demarcação das assimetrias entre humanos e animais, podendo provisoriamente ser tratadas como *infra* e *supra*. Em termos de *infra* estão as noções de fragilidade e incapacidade de os animais se defenderem das agressões humanas. Isso se observa nas falas das pessoas sobre seus pets, na justificativa do tratamento especial que lhes dão, do resgate dos animais abandonados e da exigência de punição a quem os maltrata. Paralelamente, essa noção de inferioridade de capacidade defensiva irá desdobrar-se na concepção de superioridade sentimental dos animais. As assimetrias *supra* em relação ao ser humano são aquelas que os donos ou tutores de animais domésticos apontam em um sentido moral. Suas narrativas enfatizam que cães e gatos são dotados de um amor incondicional, são incapazes de trair, são dedicados, generosos e companheiros de uma maneira que uma pessoa não conseguiria. Os discursos que os classificam como melhores do que humanos são marcantes nas etnografias sobre as relações entre humanos e animais no meio urbano, indicando uma noção de supra-humanidade desses companheiros de espécies diferentes da nossa (PASTORI, 2012).

Se a distinção entre humano e animal fundamenta nosso comportamento, ela não é unívoca, permitindo uma vasta gama de interpretações. Como acima exposto, a ênfase nas diferenças ajuda a referenciar a busca por simetria entre nossa espécie e as demais. É assim, pois, se de um lado temos uma horizontalização ao conferir a não-humanos atributos que seriam próprios de nós mesmos, de outro lado a concepção de que animais são seres especiais e superiores a nós em certos aspectos, bem como inferiores na

capacidade de se defender, representa uma ratificação da discrepância entre essências.

Durante a pesquisa de campo realizada para este trabalho, foi possível visualizar a multiplicidade de distinções entre humano e não-humano, ou as diferentes manifestações dessa distinção. No que concerne aos cães, observou-se nas narrativas muita ênfase à amizade, fidelidade e companheirismo caninos, à semelhança de etnografias realizadas no meio urbano (PASTORI, 2012). Uma diferença substancial, contudo, pôde ser observada, e é a concepção dos cães como seres muito espertos, no mínimo tanto quanto os humanos. Em verdade isso não é, propriamente, a grande diferença, mas sim o que decorre daí. Para os produtores rurais que utilizam cães no trabalho de pastoreio, a esperteza pode manifestar-se em velhacaria, traição. A inteligência dos companheiros caninos é uma faca de dois gumes, já que é justamente essa característica que confere ao cão tanta autonomia e capacidade para driblar as regras impostas. Ao transgredir, mais especificamente ao atacar o gado, o cão está cometendo uma traição, na visão dos interlocutores. Isso porque sabe que está fazendo o errado, age às escondidas e ainda costuma ocultar as provas do ato infracional. O modo como os interlocutores lidam com isso é moralizando a questão, considerando o cão infrator um desajustado, que assim o é por falha de caráter. Isso permite que a solução final seja tomada. Como última consequência das falhas de sua personalidade, o cachorro matador de ovelhas é sacrificado. Fundamentando a ação de quem o mata, não existe somente a proteção ao patrimônio, mas igualmente a reconfortante ideia de estar apagando um traidor; o supliciado fez o mal, sabendo que era maldade; é ele próprio o mal consubstanciado.

Segundo Keith Thomas (2010), se a essência da humanidade era definida como consistindo em alguma qualidade específica, seguia-se então que qualquer homem que não demonstrasse tal qualidade seria sub-humano ou semianimal (p. 55). Admitindo essa asserção, podemos levantar a questão de que o animal que demonstre certas qualidades possa ser considerado quase-humano ou supra-animal. Com efeito, a aproximação entre humano e animal vem na esteira da comparação, nos discursos dos interlocutores. Ainda para Thomas,

Havia um antigo preconceito quanto a matar animais indispensáveis para o trabalho, a fim de usá-los como alimento: os cavalos, os cães e, em certas partes da Europa, também os bois estavam sujeitos a tal proibição. (...) A ascensão do culto ao rosbife inglês acompanhou bem de perto o declínio do boi como animal de trabalho. (THOMAS, 2010, p. 75).

Em nossa época essas proibições continuam vigentes, diferindo apenas no tocante aos bois. O cidadão que compra um pedaço de carne em um supermercado ou açougue qualquer não vê qualquer problema nisso, evidentemente. Mas as pessoas rurais não costumam comer as vacas leiteiras ou os bois de tração, com os quais têm grande proximidade. Há, em muitos países asiáticos, e também nas Américas houve, segundo os cronistas do período colonial, o hábito de comer cães. Uma possível explicação para essa

diferença com relação à Europa é novamente dada por Keith Thomas.

A civilização da Europa medieval seria inconcebível sem o boi e o cavalo. Na verdade, já se calculou que o emprego de animais para carga e tração fornecia ao europeu do século XV uma força motriz cinco vezes superior à de seus contemporâneos chineses. Tal como a sociedade chinesa, as sociedades asteca e inca da América contavam com menos animais que seus conquistadores europeus; foram os espanhóis que introduziram os cavalos, bois, ovelhas e porcos no Novo Mundo (THOMAS, 2010, p. 33).

É válida a conjectura de que os asiáticos e ameríndios comem ou comiam cães por não possuírem o tabu proibitório em relação a animais de trabalho. Com menos rebanhos de herbívoros domésticos, os cães não tinham uma aplicação prática tão grande como tinham para os pastores caucasianos, que dependiam ou dependem até hoje dos cães para manejar o gado e defendê-lo de lobos e abigeatários. Esse cão trabalhador é dotado de características humanas, como a responsabilidade para com o rebanho. Nesse sentido pode ser considerado um quase-humano ou supra-animal. Comparativamente ao que é chamado de família multiespécie (INGOLD, 1995), no contexto desta pesquisa podemos falar em equipe de trabalho multiespécie. Na relação entre humanos e cães no ambiente pastoril, as expectativas das pessoas extrapolam o âmbito pragmático, já que existe um código de conduta que exige dos cães lealdade, empenho, resistência física e todas as demais características exigidas de um peão humano. O pastoreio depende dos cães, que atuam em simetria (LATOURET, 1994) com os seres humanos; mais do que ferramentas, são companheiros de vida e de ofício, visceralmente conectados à existência dessas pessoas.

## REFERÊNCIAS

- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Diário de campo**. A antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado “não-respeitável” da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**, Recife, n.1, p.333-353, 1981.
- DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo, UNESP, 2002.
- DESPRET, Vinciane. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. **Body and Society**. Londres: Sage, v. 10, n. 2-3, p. 111-134. 2004.
- DIGARD, Jean Pierre. **L´homme et Les Animaux Domestiques**: Anthropologie d´una passion. Paris, Fayard, Les temps des sciences, 1999.
- FIGUEIREDO, Osório Santana de. **Carreteadas heróicas**. São Gabriel: edição do autor, 2000.
- FONSECA, Claudia. O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e

políticos da etnografia feita em casa. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.2, n.1-2, 2008.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. In: **ANPOCS. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 10, n. 28, 1995.

\_\_\_\_\_. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to ActorNetwork-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEWGOY, Bernardo *et al.* Projeto de pesquisa: **Espelho Animal: Antropologia das Relações entre Humanos e Animais**. Disponível em: [goo.gl/bjCIS](http://goo.gl/bjCIS). Acesso em: 12 nov. 2011.

LIMA, Daniel Vaz. **Cada doma é um livro: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense**. 2015. 146 f, Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGAnt, UFPel, Pelotas, RS, 2015.

LOPES NETO, João Simões. **Terra gaúcha**. Porto Alegre: Sulina, 1955.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTÍNEZ, Miguel Víctor. **Artigas: fundador de la nacionalidad oriental, prócer de la democracia americana**. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1950.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

PASTORI, Érica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem: um estudo etnográfico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. 2012, 106f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

PETONNET, Colette. A observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2008.

PINTOS, Anibal Barrios. **De las vaquerías al alambrado: contribución a la historia rural uruguayua**. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

RIETH, Flávia ; KOSBY, Marília; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta Bonow; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel Vaz. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3)**. 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. v. 1. 356p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SALEM, Tania. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro:

Zahar, 1987.

SEGATA, Jean. 2012. **Nós e os Outros Humanos, os Animais de Estimação**. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **MANA**, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996. P. 115-143.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2012.

## AUTOR

**Eric Silveira Batista Barreto**

Doutorando em Antropologia Social

Universidade Federal de Pelotas

Email: [ericsbbarreto@gmail.com](mailto:ericsbbarreto@gmail.com)